

**RECLAMAÇÃO Nº 39.249 - SP (2019/0332566-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**RECLAMANTE** : TELEFONICA BRASIL S.A.  
**ADVOGADOS** : LUIZ CARLOS ANDREZANI - SP081071  
RODRIGO CORRÊA MARTONE - SP206989  
ANDRE TORRES DOS SANTOS - DF035161  
STELLA OGER PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) -  
SP390804  
**RECLAMADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**INTERES.** : ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de Reclamação (art. 105, I, "f", da Constituição Federal) ajuizada por Telefonica Brasil S.A. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que negou provimento a Agravo Interno, mantendo a decisão monocrática que negou seguimento ao Recurso Especial, por considerar que o *decisum* recorrido está em consonância com a orientação firmada pelo STJ no Recurso Especial repetitivo 1.410.839/SC:

AGRAVO INTERNO - Decisão monocrática que negou seguimento ao recurso especial.

- A questão referente à aplicação de multa em razão de interposição de embargos de declaração como protelatórios, é matéria idêntica à tratada no rito dos recursos repetitivos - REsp. n. 1.410.839/SC - TEMA 698.

Nega-se provimento ao recurso.

A reclamante sustenta: "(...) o entendimento fixado por esta Corte quando do julgamento do REsp nº 1.141.839/SC, não é aplicável ao caso dos autos, tendo em vista que trata de contexto totalmente diferente daquele analisado no caso da Reclamante".

Aduz, ainda: "(...) as premissas utilizadas por esta Corte no julgamento do REsp nº 1.141.839/SC e que justificavam a manutenção da multa aplicada em embargos de declaração com caráter efetivamente protelatório não estão presentes no caso da Reclamante, de forma que não se pode admitir que o entendimento consignado no Tema Repetitivo nº 698 seja aplicado à hipótese dos autos".

**É o relatório.**

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 6.11.2019.

A reclamante busca a reforma de decisão que negou seguimento ao

seu Recurso Especial, alegando que a hipótese dos autos não se enquadra na compreensão firmada pelo STJ no Recurso Especial repetitivo 1.410.839/SC.

Não se trata, portanto, propositura de Reclamação para garantir a observância de acórdão proferido em Recurso Especial repetitivo (art. 988, § 5º, II, do CPC/2015).

Delimitado o objeto da demanda, verifica-se que a presente Reclamação não deve ser conhecida.

É assente no STJ que não cabe Reclamação constitucional contra o julgado que nega provimento a Agravo Regimental interposto contra decisão de inadmissibilidade do Recurso Especial fundada no art. 543-C, § 7º, I, do CPC/1973 (art. 1.040, I, do CPC/2015), tendo em vista não estar caracterizada usurpação da competência desta Corte Superior.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO.  
AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. DECISÃO DO  
TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NEGOU SEGUIMENTO AO  
RECURSO ESPECIAL NOS TERMOS DO ART. 543-C, § 7º, I DO  
CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA CABIMENTO  
DA RECLAMAÇÃO. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR A QUE  
SE NEGA PROVIMENTO.

1. Trata-se de reclamação ajuizada por HELENA FEDRIZZI contra ato do Tribunal Regional Federal da 4a. Região de confirmar, em sede de Agravo Interno a decisão que negara seguimento ao Recurso Especial interposto, ao entendimento de que a pretensão da autora é contrária à tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo.

2. Em sua insurgência, a agravante sustenta a usurpação da competência do STJ, ao argumento de que o Recurso Especial está fundado, tão somente, na alegada violação ao art. 535 do CPC/1973, o que afasta a aplicação da tese firmada em recurso repetitivo.

3. É firme a orientação desta Corte afirmando a inviabilidade de cabimento da Reclamação contra o julgado que nega provimento a Agravo Regimental interposto contra decisão de inadmissibilidade de Recurso Especial fundada no art. 543-C, § 7º, I do CPC/1973, tendo em vista não estar caracterizada usurpação da competência do STJ.

4. Agravo Interno do Particular a que se nega provimento. (AgInt na Rcl 26.340/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, DJe 26.8.2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA  
RECLAMAÇÃO. ART. 988 DO CPC/2015. AJUIZAMENTO  
CONTRA ACÓRDÃO DA CORTE DE ORIGEM QUE NEGA  
PROVIMENTO À AGRAVO INTERNO EM FACE DE DECISÃO QUE

INADMITE RECURSO ESPECIAL COM ARRIMO NO ART. 543-C, § 7º, I, DO CPC/1973. NÃO CABIMENTO. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STJ. INEXISTÊNCIA.

1. *In casu*, o reclamante teve seu recurso especial considerado prejudicado nos termos do art. 543-C, § 7º, I, do CPC/1973, decisão contra a qual foi interposto agravo regimental, desprovido pela Corte de origem.

2. Nos termos do entendimento desta Corte Superior, "não cabe reclamação constitucional contra o julgado que nega provimento a agravo regimental interposto contra decisão de inadmissibilidade do especial fundada no art. 543-C, § 7º, I, do CPC/1973, tendo em vista não estar caracterizada usurpação da competência do STJ". (AgRg na Rcl 29.631/SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, Primeira Seção, DJe 7/3/2017)

3. Ausência das hipóteses previstas no art. 988, IV e §§ 4º e 5º, II, do CPC/2015, invocados no presente regimental.

4. Agravo interno não provido. (AgInt na Rcl 34.318/SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves Primeira Seção, DJe 19.6.2018)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DE RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC/1973. PRETENSÃO DE MODULAR OS EFEITOS DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA PELO STJ. DESCABIMENTO.

1. Na linha da jurisprudência desta Corte Superior, não se admite o ajuizamento de reclamação com a finalidade de modificar o julgamento de agravo interno pelo Tribunal de origem, o qual denegou a subida do recurso especial, sob o fundamento de que a tese nele contida diverge da orientação proferida em julgamento de recurso representativo da controvérsia.

2. De acordo com a inteligência do julgamento proferido pela Corte Especial na QO no Ag 1.154.599/SP, cumpre exclusivamente ao Tribunal *a quo*, na apreciação de agravo interno, revisar o juízo de adequação do caso concreto ao precedente formado em repetitivo, não sendo possível, daí em diante, a apresentação de qualquer outro recurso dirigido a esta Corte, sob pena de tornar-se ineficaz o propósito racionalizador implantado pela Lei n. 11.672/2009. Precedentes.

3. A reclamação é uma demanda de origem correicional, cujas hipóteses de cabimento encontram-se previstas na Constituição da República e na lei processual, não havendo espaço para o debate de questões estranhas àquelas expressamente contidas na legislação, a exemplo da conveniência ou não de serem modulados os efeitos de precedente firmado sob a sistemática dos recursos repetitivos. Admitir o contrário é fragilizar a própria finalidade para a qual o referido instituto fora criado, o que não é possível.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt na Rcl 34.085/SP, Rel. Min. Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 30.8.2017)

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO DE RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO DE INCIDÊNCIA DE MATÉRIA DECIDIDA EM RECURSO REPETITIVO. RECURSO INCABÍVEL. RECLAMAÇÃO ALEGANDO USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. INEXISTÊNCIA.

I - Na linha da jurisprudência desta Corte Superior, em hipótese de suspensão da tramitação do recurso especial, com fundamento no art. 543-C, § 1º, do Código de Processo Civil de 1973, não se admite reclamação constitucional, descabendo falar em usurpação da competência do STJ, pois o ato da presidência do Tribunal *a quo* não possui natureza decisória.

II - Agravo interno improvido. (AgInt no RCD na Rcl 32.112/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Seção, DJe 18.5.2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. RECLAMAÇÃO QUE IMPUGNA DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM, QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL, APLICANDO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STJ, EM RECURSO REPETITIVO (ART. 543-C, § 7º, INCISO I, DO CPC/73). NÃO CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Agravo Regimental interposto contra decisão publicada em 22/02/2016, que negou seguimento à Reclamação.

II. Hipótese em que a Reclamação impugna decisão do Tribunal de origem, que, após receber como Agravo Regimental o Agravo interposto contra decisão que negara seguimento ao seu Recurso Especial, com fundamento no art. 543-C, § 7º, I, do CPC/73, não conheceu do recurso, por intempestivo.

III. A Reclamação é ação de natureza constitucional, que visa preservar a competência desta Corte ou garantir a autoridade de suas decisões, conforme dispõem os arts. 105, I, f, da Constituição Federal e 13 e seguintes da Lei 8.038/90, sendo indevido o seu uso como sucedâneo recursal.

IV. É incabível a Reclamação, prevista no art. 105, I, f, da Constituição Federal, para impugnar decisão do Tribunal de origem, que não conheceu, por intempestivo, do Agravo Regimental interposto contra decisão que negara seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 543-C, § 7º, I, do CPC/73, pois a Reclamação não pode ser utilizada como sucedâneo recursal, além do que seu acolhimento, nesses casos, tornaria ineficaz o propósito racionalizador implantado pelo regime dos recursos repetitivos.

V. Com efeito, "segundo a jurisprudência desta Corte, não é

cabível a utilização da reclamação constitucional contra decisão que nega seguimento a recurso especial com base no art. 543-C, § 7º, I, do CPC, ainda que confirmada em subsequente agravo regimental" (STJ, AgRg na Rcl 27.447/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 01/12/2015). No mesmo sentido: STJ, AgRg na Rcl 16.032/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 21/05/2014; AgRg na Rcl 14.190/RJ, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 05/12/2013; AgRg na Rcl 4.231/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 15/08/2012.

VI. Agravo Regimental improvido. (AgRg na Rcl 29.631/SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, Primeira Seção, DJe 7.3.2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "a", do RI/STJ, **indefiro liminarmente a Reclamação**. Prejudicado o pedido de concessão de medida liminar.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator